

Inclusão escolar indígena na contemporaneidade: os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais da etnia Xokleng

Lucimar Graf

DOI: 10.47573/aya.88580.2.54.3

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a educação especial inclusiva indígena contemporânea da etnia indígena Xokleng, especificamente relatando os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais. O artigo trouxe uma breve contextualização histórica do povo Xokleng, mostrando algumas leis que amparam a educação especial inclusiva e os desafios que os docentes indígenas enfrentam com alunos especiais. Sabe-se que pessoas com deficiências têm direitos iguais às outras pessoas perante a Constituição Brasileira de 1988. As pesquisas foram baseadas nos autores; Gakran, Popó e outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, com a pesquisa de dados pela internet através do Google acadêmico, trabalhos acadêmicos e livros. O profissional que trabalha com alunos especiais indígenas, neste caso, o professor indígena tem uma função de extrema importância ao lidar com este público, pois trabalhar com educação especial é um trabalho além do saber, e sim de amor, carinho, atenção. Diante disso, a importância de estudar a realidade e os desafios que os professores enfrentam com os alunos especiais indígenas da etnia Xokleng.

Palavras-chave: educação indígena. Xokleng/Laklãnõ. educação especial.

INTRODUÇÃO

O trabalho abordou o panorama da Educação Inclusiva Xokleng, destacando especificamente os desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais. Os objetivos específicos elencados são: contextualizar a origem histórica do povo Xokleng, apresentar Leis e Decretos a respeito da Educação Inclusiva e salientar as maiores dificuldades encontradas pelo professor de educação especial em sala de aula da etnia Xokleng.

De começo, a origem da etnia Xokleng percorre três estados do sul do Brasil, e hoje vivem no estado de Santa Catarina, onde cultivam suas crenças e costumes tradicionais.

Através das Políticas Públicas na Educação Especial, os indígenas Xokleng que estudam nas aldeias têm o direito de terem o acesso a educação de qualidade, mesmo que apresentem limitações educacionais, isto é, que precisam de auxílio de professores especialistas para o avanço dos estudos.

Na sequência, relatar a relação existente entre professores indígenas com alunos com necessidades especiais, abordando os principais desafios que envolvem o ensino aprendizagem.

Diante disso, o problema da pesquisa se fez da seguinte questão: quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais da etnia Xokleng?

Educação Inclusiva do povo Xokleng quase não se tem muitos trabalhos publicados no meio acadêmico. A escolha do tema é de suma importância que outros pesquisadores se tornem questionadores da temática, mais ainda quando se fala em povo indígena, em conhecer suas práticas pedagógicas, como ensinar e conhecer a cultura educacional.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, com a pesquisa de dados pela internet com o foco em relação a Educação Inclusiva da etnia indígena Xokleng, através do Google acadêmico, artigos científicos, dissertações e livros.

BREVE HISTÓRICO DA ETNIA XOKLENG

O nome Xokleng tem diferentes significados e interpretações, podendo ser denominado de 'aranha', 'montanha rochosa', já que refere a uma etnia indígena (GAKRAN, 2015).

A etnia Xokleng teve contato com o homem branco de maneira pacífica, isso aconteceu em setembro de 1914, ficou conhecido como Bugres. Viviam na região sul do Brasil, percorrendo territórios do Paraná, Rio Grande do Sul. Suas principais atividades eram a pesca, caça e a coleta de frutas, e através de seus costumes mantinham suas tradições (CRENDO, 2015).

Os primeiros registros históricos do povo Xokleng foi em meados do século XVIII, através das expedições da coroa portuguesa em território brasileiro. Em meados do século XIX até o séc. XX, a etnia indígena sofreu invasões de territórios por imigrantes estrangeiros e perseguições (GAKRAN, 2015).

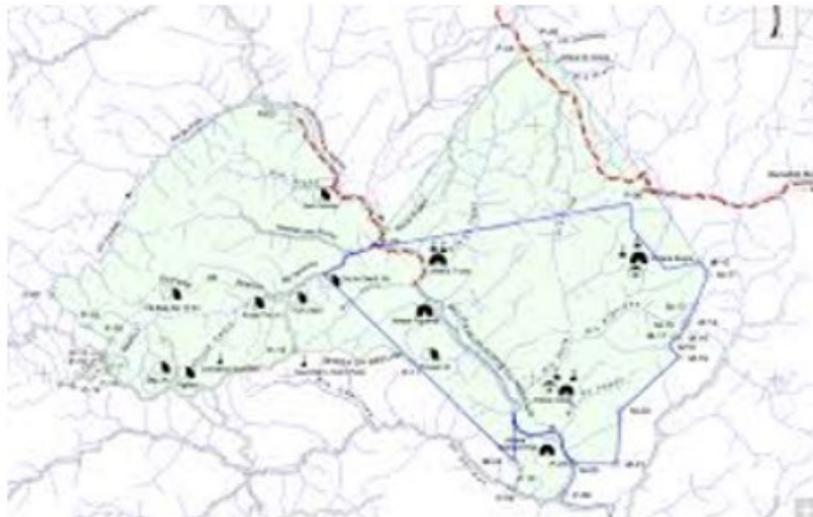
Nota se que o povo indígena Xokleng ocupavam três estados do sul brasileiro, uma pequena parte do estado do Paraná, perto da capital de Curitiba, outra parte um pouco mais extensa do estado de Rio Grande do Sul, perto da capital de Porto Alegre e o estado de Santa Catarina com a capital de Florianópolis.

Figura 1 - Território tradicional de ocupação Xokleng no sul do Brasil



Fonte: Santa Catarina 1970.

Figura 2 - Terra Indígena Ibirama Delimitada e Demarcada (Xokleng Laktlänö)



Fonte: Fundação Nacional do Índio.

Na Figura 1, representa o território percorrido no passado pelos Xokleng na região sul do país, e na Figura 2, mostra a atual localização que habitam em Santa Catarina.

Atualmente, em pleno séc. XXI, com um longo território histórico percorrido pelo povo indígena Xokleng, atualmente estão localizados no vale do Itajaí, nos municípios de Vitor Meirelles, Doutor Pedrinho, José Boiteux e Itainópolis.

CRIANÇAS INDÍGENAS ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

Nesse trecho, é explicado ao leitor como está dividido esta seção. Apresentando algumas Leis que amparam a Educação Inclusiva e Especial na área escolar. Depois, é mencionado a educação escolar indígena Xokleng a respeito da Educação Inclusiva. No final, é relatado os principais desafios que envolvem professores indígenas com alunos especiais.

Educação Inclusiva e as leis

A Educação Inclusiva se refere a educação para todos, sem distinção social, econômica, etnias etc. Onde o aluno é devidamente matriculado e inserido ao meio escolar, que ele possa interagir com os demais alunos no ambiente escolar, ter acesso aos conteúdos ministrados pelos professores. Diante disso, Leal define Educação Inclusiva como (2017, p.189)

A Educação inclusiva pode ser compreendida como uma proposta de educação para todos, uma proposta na qual as escolas são capazes de acolher qualquer estudante, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais.

Ou ainda, conforme as palavras de Bragança e Oliveira (2005, p.2019) “é um processo que busca recolocar na rede de ensino, em todos os seus graus, as pessoas excluídas (portadoras de necessidades especiais, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas por gênero, cor ou outros motivos)”.

Sob essa ótica, a Educação Inclusiva aposta numa transformação social para uma sociedade mais inclusiva. Nesse sentido, trata-se de uma cultura da prática vivenciada em todas as escolas, que respeitem a diversidade dos alunos.

Diante do contexto da Educação Inclusiva, que estão representadas pelas Políticas Públicas através de leis e decretos que vigoram direitos constitucionais ao acesso à educação. Com isso, o ECA, que representa o Estatuto da Criança e do Adolescente, diz em seus artigos o seguinte:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Além do ECA, outros documentos representam a pluralidade de garantias a Educação Inclusiva, como a Constituição Brasileira de 1988, garante o direito a educação para todos, no artigo 208 diz que: “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante uma garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Também a LDB, conhecido como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através das Leis nº 9394, nº 10.098, asseguraram a acessibilidade as pessoas com deficiência em âmbito escolar (BRASIL, 1996, 2000) .

Seguindo o mesmo raciocínio, através da Lei nº 10.436 que aborda Libras, a Língua Brasileira de Sinais, acrescentando a Lei nº 7.853/89, que trata sobre o apoio a pessoa com deficiência na área educacional , as duas leis citadas referenciam a Educação Inclusiva (BRASIL, 1989, 2002).

Através do Decreto nº 6093, foi elaborada a EJA, sua sigla representa a Educação de Jovens e Adultos, com intuito de continuar os estudos para pessoas que não conseguiram concluir o ensino básico, no caso, idosos e jovens (BRASIL, 2007).

Diante das leis citadas e os decretos abordados, através das Políticas Públicas amenizaram um pouco o cenário educacional inclusivo, mas ainda existem diversos debates que envolvem a temática da Educação Inclusiva. Os debates envolvem diversos dilemas, falta de preparo profissional, materiais didáticos adequados, infraestrutura e outros (MENDES, 2015).

Ao entender melhor a realidade que envolve o cenário da Educação Inclusiva e seus problemas no ambiente escolar, e tentando buscar soluções para uma educação de qualidade para todos os alunos através de políticas educacionais transformadoras nas terras indígenas.

Educação Especial e Inclusiva entre os Xokleng/Laklãnõ

O estudo do tema Educação Inclusiva no espaço das Escolas Indígenas localizadas na Terra Indígena Laklãnõ se deve a uma curiosidade de investigar como são tratados e aceitos os alunos nessas condições na comunidade escolar indígena. A definição que envolve a educação escolar indígena é (GOVERNO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 24)

é uma forma sistemática e específica de implementar a escola entre as comunidades indígenas de maneira que, a partir das formas de construção do conhecimento propriamente indígena, possa se ter acesso aos outros conhecimentos sistematizados pela escola nos conteúdos curriculares, e que, por sua vez, pressupõe o uso da escrita, além de articulá-los de maneira reflexiva ao contexto sociocultural indígena. Não é uma questão nem de incorporação por parte dos indígenas dos conhecimentos da sociedade não indígena e nem tampouco de adaptação dos conhecimentos da sociedade não indígena ao contexto sociocultural indígena, mas sim de construção conjunta de um saber intercultural.

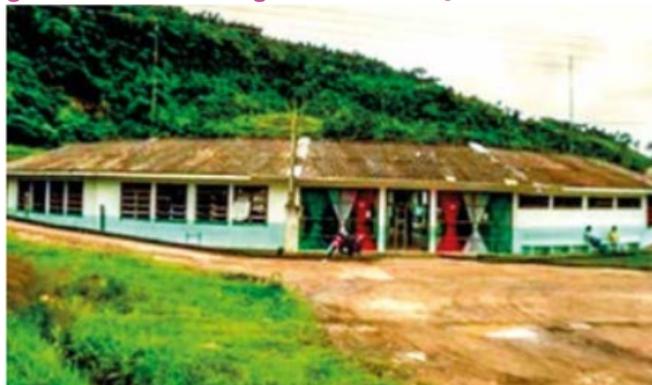
Diante disso, a preocupação dos professores das escolas indígenas: E. I. E. B. Vanhecu Patté e E. I. E. B. Laklãnõ, que estão representadas pelas Figuras 3 e 4, eram de garantir o direito das crianças e dos adolescentes a uma educação que viesse a ajustar ao caminho que estão percorrendo, através das brincadeiras, do letramento.

Figura 3 - Escola Venhacu Paté



Fonte: Abraão kovi Patté.2016.

Figura 4 - Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ



Fonte: Abraão kovi Patté.2016.

Segundo os dados pesquisados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), através do Censo Escolar (2021), considera que nos últimos dois anos houve um aumento significativo de matrículas de estudantes com alguns problemas nas duas escolas da terra indígena (BRASIL, 2021).

Assim sendo, a etnia Xokleng vive uma tradicional de pensamento educacional diferente, a qual tange em ensinar e educar. Contudo, a intenção é investigar as leis educacionais que amparam os deveres e direitos, pois os povos indígenas ainda não têm a segurança de matricular os seus filhos com necessidades especiais na escola. Isso gerou aflições para os pais e os demais professores, já que os docentes tentam aplicar uma metodologia de ensino que os alunos de necessidades especiais consigam aprender.

Sob essa visão, as escolas indígenas trabalham de acordo com a realidade desses alu-

nos indígenas com necessidades especiais. Assim, valoriza a cultura tradicional, as músicas tradicionais, histórias, artesanato, e principalmente a língua materna Xokleng/Laklãnõ. Ao fazer isso, estão implementando novos procedimentos de aprendizagem para todos os alunos, inclusive com necessidades especiais (GOVERNO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 2018).

A discussão sobre uma educação diferenciada já existia desde as escolas multisseriadas na Terra Indígena Laklãnõ, intensificada nos últimos 20 anos, entre pais, alunos, professores e lideranças. Existe ainda resistência por parte dos pais em querer lutar por uma educação diferenciada nas escolas que ainda existem no território da terra indígena, por uma política de inclusão para as crianças com necessidades especiais (GAKRAN, 2015).

Os professores indígenas que trabalham com crianças com necessidades especiais das duas escolas mencionadas, revelam que no passado não percebiam as reações de cada aluno, pelo seu lado cognitivo, social, pois, por não terem uma preparação adequada para atender as especificidades educacionais de cada aluno. Eles revelam ainda, que já estão acostumados e que acreditam que possuem um notório saber ao lidar com alunos que precisam de auxílio na aprendizagem.

Os relatos dos professores são reveladores sobre a preocupação do impacto cultural com o método de uma escola não indígena para essas crianças com necessidades especiais.

Nesse contexto, a maioria das famílias que possuem crianças com alguma deficiência não assumem que seus filhos têm algum tipo de necessidade especial, pois, de forma cultural isso nunca existiu em toda a história do povo Xokleng/Laklãnõ.

Segundo os relatos dos anciãos, menciona que entre o povo indígena nunca houve uma criança que nasceu com problema físico ou mental. Pode acontecer ao longo da vida, uma criança ou adulto ter um problema físico devido a um acidente, por picada de cobra, por perda de um membro do corpo, paralisia, porém, nunca ao nascer. De acordo com os anciãos, após o contato dos Xokleng/Laklãnõ com os não indígenas em 1914, começaram a aparecer casos de crianças que nasceram com certas sequelas, acredita que o ocorrido seja devido à ingestão de alimentos com agrotóxico. Os anciãos da etnia Xokleng refere-se que o aumento de crianças nascerem com necessidades especiais e o aumento gradual é devido às mudanças de alimentação e a miscigenação dos Xokleng/Laklãnõ como os não indígenas (GAKRAN, 2015).

Vale mencionar que o reconhecimento sobre a importância de discutir a respeito da Educação Inclusiva indígena já está presente entre os professores na própria escola indígena, devido ao aumento da demanda de matrículas de crianças com necessidades especiais. Isso tem gerado um impacto cultural e no trabalho desses professores indígenas.

Nesse sentido, é muito preocupante a realidade vivenciada pelos professores no dia a dia da escola com alunos de necessidades especiais. Já que grande maioria dos professores indígenas não tem uma formação acadêmica específica para atender as dificuldades dos alunos, pois, o docente precisa ter conhecimento específico para atender e potencializar novos saberes aos alunos com dificuldades.

Professores indígenas que trabalham com crianças indígenas especiais

Os professores indígenas que atuam no processo de ensino aprendizagem com o aluno que possui alguma necessidade especial, têm levado debates e discussões educacionais na etnia Xokleng. Percebem a falta de investimento e recursos por parte do Governo Estadual nas escolas indígenas, com isso, podendo gerar problemas educacionais para os alunos matriculados (NASCIMENTO, 2018).

O papel do segundo professor é considerado pelos pais de suma importância para atender os alunos. Pois, é através do segundo professor que acompanha juntamente com o professor regente de sala de aula, os conteúdos que são ministrados no processo educativo. Para Popó (2015, p. 20), o professor regente e o segundo professor tem que buscar novas formas de ensinar

buscar metodologias simples e criativas para o desenvolvimento de uma criança é a questão, pois a escola deve se dar conta que o tempo passa e os alunos com necessidades especiais não vão pedir ajuda, ao contrário eles esperam ser vistos, e o dever da instituição é apoiar cada causa dando a autonomia para seu professor

Nesse sentido, o professor que não assume a responsabilidade da função como educador e incentivador pelo conhecimento através da prática docente, isto é, que não está preparado ao exercer suas funções na arte de ensinar a criança e pela falta de desinteresse pela profissão, está prejudicando o aluno, pois o aluno não conseguirá desenvolver novas habilidades de aprendizagem.

Além da má formação do professor ao atender os alunos com necessidades especiais, o docente precisa se atualizar de forma constante através de formação continuada, cursos de extensão, a reflexão dos desafios que ele encontra no seu dia a dia na escola são incentivos para transformar a educação dos alunos. A formação continuada é entendida no aperfeiçoamento do profissional a frente da educação, sempre buscando novas metodologias e estratégias de ensino para dentro das escolas (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2019). A formação dos professores indígenas é de extrema importância para a vida escolar do aluno, é através da educação que os jovens são formados para progredir na sociedade e vida pessoal.

Toda cultura, seja qual for a sociedade, precisa ser resgatada e preservada pelas famílias, favorecendo o passar do conhecimento cultural para as novas gerações. Dessa forma, a cultura indígena com o fortalecimento da educação se faz com o ato de brincar, as brincadeiras são os alicerces históricos que retratam o modo de vida da etnia Xokleng.

Popó (2015, p.10) aborda a importância de trabalhar as brincadeiras na escola indígena

vem no sentido de assegurar o direito da criança e do adolescente à escolarização, que introduz o passo da criança, que vem a se adequar no caminho em que esta percorre através da brincadeira, que vai ajudando-a a se desenvolver e, partindo daí então, introduzir 'o brincar de ler e escrever' articulando suas metas ainda iniciadas.

Ainda, ela acrescenta que vivenciar a cultura Xokleng na vida escolar é essencial para a formação do aluno

valorizando a cultura tradicional, nossa música, histórias, artesanato e, principalmente, nossa língua materna Xokleng/ Laklãnō, construindo novas formas e fontes de aprender e ensinar, estamos de certa forma, aplicando esta metodologia para todos os alunos incluindo aqueles com necessidades especiais. Esta metodologia de ensino e aprendizagem é

própria do povo Xokleng/ Laktlãnõ e não, necessariamente, segue o currículo Estadual (2015, p.11)

De fato, é importante que o professor indígena utilize com seus alunos com necessidades especiais, assuntos relacionados a cultura tradicional, ao desenvolver atividades que contemplem o artesanato, música, língua materna, está ajudando no avigoramento de manter a cultura do povo viva.

METODOLOGIA

A pesquisa que aqui se apresenta constitui um texto escrito após a realização de uma abordagem qualitativa do tema em questão. A respeito da pesquisa qualitativa Godoy (1995, p 58) a classifica como a que apresenta as seguintes características principais:

[...] considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

O texto foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e qualitativa, onde foram feitos previamente o levantamento de autores e obras que tem como tema principal a questão da Educação Especial Inclusiva da etnia Xokleng e as dificuldades que os professores indígenas tem ao se deparar com alunos que possuem necessidades especiais.

A pesquisa bibliográfica é definida por Gil (1999, p. 29) como aquela que

[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Na realização desse trabalho a opção pela pesquisa bibliográfica deu-se a princípio pela praticidade de elaboração e facilidade de acesso a material bibliográfico. Assim, após a seleção do material foi feita a leitura dos mesmos e procedeu-se a escrita desse texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo com o título : Inclusão escolar indígena na contemporaneidade: os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais da etnia Xokleng. Trouxe informações educacionais de alunos que possuem necessidades especiais a respeito de docentes indígenas que atuam nas terras indígenas da etnia Xokleng.

Começou relatando sobre a origem da etnia Xokleng nas terras do estado de Santa Catarina, onde vivem atualmente e que tentam resgatar sua cultura através do artesanato, música, língua materna. Pois, é importante passar para novas gerações para continuar mantendo vivo suas crenças históricas.

Em segundo momento, foi demonstrado através de Políticas Públicas relacionadas a Educação Especial e Inclusiva, que Leis e Decretos amparam e asseguram o direito aos alunos, onde sejam devidamente matriculados e que frequentam o ambiente escolar.

Em sequência, foi descrito como a relação da família indígena que possuem alunos com

necessidades especiais na escola, além de que, trazendo informações sobre o professor, alunos, e a gestão escolar.

Por final, é mostrado as principais causas que os docentes se deparam ao trabalhar com alunos com necessidades indígenas. Uma delas, são reclamações envolvendo o ambiente escolar, poderia ter uma infraestrutura melhor, materiais adaptados, tecnologia assistiva. Por outro lado, o docente precisa achar novas alternativas aplicáveis em sala de aula com seus alunos indígenas, fazer um planejamento que contemple experiências culturais na sala de aula.

Diante da pergunta problema, é mostrado que o principal resultado do estudo é a transformação imediata do professor diante da educação. Não só do professor, mas sim da família, do próprio aluno indígena e a gestão escolar da escola. São esses alicerces básicos que faram desenvolver no aluno novas habilidades e seu desenvolvimento na sociedade.

Sobretudo, é importante inovar em relação aos alunos, utilizar novas ferramentas que potencializam o trabalho do professor em sala de aula, uma delas é manter viva a cultura da etnia indígena através de brincadeiras, músicas e outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica: resumo técnico, Brasília: Inep.2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: DOU, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DOU, 16 jul. 1990; retificado em: 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DOU, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: DOU, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: DOU, 25 abr. 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRAGANÇA, Maria das Graças Viana; OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SIGNIFICADO E REALIDADE. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3243/2929>>. Acesso em: 20.nov.2021.

CENTRO EDUCACIONAL JOÃO CUSTÓDIO MACIEL. Povos indígenas de Santa Catarina. Disponível em: <https://cejcm.wordpress.com/2012/05/22/povos-indigenas-de-santa-catarina/>. Acesso em: 19.07.2019

CRENDO, Jair Ghoguin. O espaço tradicional Xokleng/Laklãnõ. Disponível em: <<https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2015/04/Jair-Crendo.pdf>>. Acesso em: 20.nov.2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. Formação de professores: importância, estratégias e princípios. 2019. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/formacao-de-professores/>>. Acesso em: 20.nov.2021.

GAKRAN, Nanblá. Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GOVERNO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Política da Secretaria de Estado da Educação de Educação Escolar Indígena. Florianópolis, 2018.

LEAL, Daniela. História, memória e práticas da inclusão escolar. Curitiba: InterSaberes, 2017.

MENDES, E. G. (org.). A escola e a inclusão social na perspectiva da EE. São Carlos: SEAD – EdUFSCar, 2015. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/A_escola_e_a_inclusao_social_na_perspectiva_da_educacao_especial_-_UFSCAR.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

NASCIMENTO, Adir Casaro *et al.* Educação Indígena na escola e em outros espaços. Campinas- Mercado de Letras, 2018.

POPÓ, Carla Angló Vignoli Caxias. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA LAKLÃNÕ. 2015. Disponível em: <<https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2015/04/Carla-Caxias-Popo.pdf>>. Acesso em: 20.nov.2020.